



**Ministério da
Fazenda**



Nota Cetad/Coest nº 093, de 23 de junho de 2023.

Interessado: Gabinete da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Assunto: Decreto IPI Armas

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata esta Nota Técnica estimar o incremento de arrecadação referente a minuta de Decreto que tem por finalidade restabelecer as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre armas de fogo, aparelhos semelhantes e munições.

ANÁLISE

2. Transcreve-se a seguir o teor da minuta de Decreto:

“Art. 1º Ficam alteradas, na forma do Anexo a esse Decreto, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI constantes da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - Tipi, aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 29 de julho de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação.

Anexo Único

CÓDIGO TIPI	ALÍQUOTA (%)
9302.00.00	45
9303.10.00	45
9303.20.00	45
9303.30.00	45
9303.90.10	45
9303.90.90	45
9304.00.10	45
9304.00.90	45
9306.21.90	20
9306.29.00	45
9306.30.00	20
9306.90.90	45

“

METODOLOGIA

3. Em termos metodológicos, nas etapas necessárias à obtenção dos dados levantados neste estudo, foram consideradas os seguintes critérios:

- (a) **IMPORTAÇÃO DOS CÓDIGOS TIPI:** utilizou-se os Sistemas Aduaneiros para o levantamento das Declarações de Importações no ano calendário de 2021. Com base nas importações estimou-se o aumento de arrecadação de acordo com as novas alíquotas propostas referente ao IPI vinculado à importação;
- (b) **VENDA PARA CONSUMIDORES FINAIS NO MERCADO INTERNO:** utilizou-se do faturamento a partir das Notas Fiscais Eletrônicas no ano calendário de 2021. Com base nos faturamento para as vendas da produção dos estabelecimentos fabricantes das armas estimou-se o aumento de arrecadação do IPI interno com as novas alíquotas propostas;
- (c) **ATUALIZAÇÃO DOS MONTANTES:** como a extração realizada obteve dados de 2021, foi necessária atualização do valor para os anos de 2022 (13,22%) referente ao IPI importação e (17,18%) referente ao IPI interno, 2023 (4,00%) referente ao IPI importação e (9,81%) referente ao IPI interno, 2024 (13,28%) referente ao IPI importação e (6,69%) referente ao IPI interno, 2025 (13,88%) referente ao IPI

importação e (6,65%) referente ao IPI interno, 2026 (14,21%) referente ao IPI importação e (6,32%) referente ao IPI interno. Os índices acima utilizados são fornecidos pela Secretaria de Políticas Econômicas – SPE.

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

4. A partir das informações captadas nos sistemas da Receita Federal, foi elaborada a tabela abaixo, referente a estimativa de arrecadação com o restabelecimento das alíquotas do IPI incidente sobre as armas de fogo, aparelhos semelhantes e munições:

Decreto IPI - Armas de FOGO - Restabelecimento de Alíquotas

R\$ Milhões				
IPI	2023 mensal	2024	2025	2026
Importação	9,99	135,77	154,62	176,59
Interno	12,83	164,20	175,12	186,18
TOTAL	22,81	299,97	329,73	362,78

São estas as informações pertinentes que se submetem a apreciação superior.

Assinatura digital
RICARDO DE ANDRADE NASCIMENTO
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se ao chefe do Cetad.

Assinatura digital
FILIFE NOGUEIRA DA GAMA
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador substituto da Coest

Aprovo a Nota. Encaminhe-se ao Gabinete do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil.

Assinatura digital

CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Chefe do Cetad



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 23/06/2023 16:05:17 por Claudemir Rodrigues Malaquias.

Documento assinado digitalmente em 23/06/2023 16:05:17 por CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS, Documento assinado digitalmente em 23/06/2023 15:45:37 por FILIPE NOGUEIRA DA GAMA e Documento assinado digitalmente em 23/06/2023 15:35:16 por RICARDO DE ANDRADE NASCIMENTO.

Esta cópia / impressão foi realizada por CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 23/06/2023.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP23.0623.16057.9M91

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

E53B1953FB5F300B442307107A9CBA29E825EDC75F02B169148554C9D19D03BB